



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ
Secretaria Municipal de Logística e Compras
Superintendência da Secretaria de Logística e Compras
Diretoria de Licitações
Gerência de Licitações
Rua Neo Alves Martins, 2597 - Bairro Zona 01, Maringá/PR
CEP 87013-060, Telefone: (44) 3127-7100 - www2.maringa.pr.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREZADO LICITANTE:

Este edital traz todas as informações relevantes e regras específicas para a participação e para a condução do certame, sendo que todas as decisões serão tomadas com base no que o presente edital estabelece.

Dúvidas ou discordância serão manifestadas antes do início do certame, durante o prazo (contado em dias úteis) previsto neste Edital, bem como no Caderno de Normas Licitatórias, preferencialmente através de peticionamento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, a partir de um dos seguintes tipos processuais:

- Licitação: Pedido de Esclarecimento
- Licitação: Impugnação de Edital de Licitação

Subsidiariamente, pelo e-mail pedidoslicitacoes@maringa.pr.gov.br, sendo que neste caso tais peticionamentos só serão tidos como confirmados após formal e expressa confirmação de servidor da Administração.

Sobre o cadastro no SEI, maiores informações podem ser obtidas a partir do site: <https://webpmm.maringa.pr.gov.br/portal-do-sei/home/peticionamento>, ou pelos telefones: (44) 3221-1403, (44) 3221- 1356, (44) 3221-1246, ou ainda, através do e-mail sei@maringa.pr.gov.br.

Consideram-se partes integrantes deste edital os seus anexos e as normas do Caderno de Normas Licitatórias referidas neste edital.

Neste sentido, não é demais orientar que é fundamental a cautelosa leitura, além do edital, dos anexos integrantes, em especial os anexos I e II, pois neles há regras importantes para a contratação, a serem observadas durante a execução do contrato, que não estarão indicadas no edital:

Anexo I – Especificações do objeto e julgamento da amostra, se for o caso; e

Anexo II – Modelo da proposta.

As minutas da ata de registro de preços e do contrato trazem as cláusulas que serão redigidas no instrumento que formalizará a pactuação, conforme o caso. Nelas estão as obrigações das partes, as consequências para o seu descumprimento e as demais condições que regem a sua execução.

As demais informações gerais sobre definições utilizadas em certames, ritos de esclarecimentos e impugnações, análise das condições de participação e condições de julgamento das propostas e habilitação, critérios sobre a apresentação de amostras, regras de negociação, procedimentos de recursos e contrarrazões, além de outras explicações detalhadas sobre as formas de licitação, ordem das etapas, modos de disputa, critérios de julgamentos, de desempate, benefícios aplicáveis, dentre outros, podem ser encontradas no já referido [Caderno de Normas Licitatórias](#), podendo ser acessadas através de clicks nos links (identificados com o sublinhado) presentes no edital.

O Estudo Técnico Preliminar responsável por indicar o caminho percorrido pelo Município até a solução ora licitada (como sendo a que melhor lhe atende), e o termo de referência - TR, que possui a construção de todos os elementos do presente edital, farão parte integrante deste, como anexos, assim como a Minuta de ARP - Ata do Sistema de Registro de Preços (se houver) e a Minuta de Contrato, além do Instrumento de medição de resultado, se for o caso.

Atenciosamente,

EDITAL DE LICITAÇÃO - LEI 14.133/2021

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 089/2026 - PMM

Processo Administrativo n.º 01.27.00146673/2025.47

1. INFORMAÇÕES GERAIS

- 1.1. Objeto do certame: #OBJC Registro de preços para a prestação de serviços de manutenção viária no Anel Viário Prefeito Sincler Sambatti (Contorno Sul de Maringá), localizado entre as rodovias BR-376 e PR-317, compreendendo roçada de vegetação nas margens e canteiros, limpeza de canaletas e sarjetas de drenagem superficial, e reparo de defeitos no pavimento por meio de tapa-buracos.
 - 1.1.1. Órgão ou entidade demandante: #SECD Secretaria Municipal de Infraestrutura/SEINFRA, Limpeza Urbana/SELURB e Defesa Civil
- 1.2. A proposta deverá ser apresentada até as 08:30 horas do dia 27/05/2026.
 - 1.2.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados, pelo licitante mais bem classificado, em até 2 (duas) horas após a solicitação.
 - 1.2.1.1. A solicitação dos documentos de habilitação, pelo agente de contratação/pregoeiro, poderá ser feita juntamente com a solicitação de proposta ajustada.
 - 1.2.1.2. A análise da habilitação, contudo, ocorrerá após o julgamento da proposta, por obediência às fases do art. 17 da L. 14.133/21.
 - 1.2.1.3. Caso o licitante deixe de enviar os documentos de habilitação juntamente com a proposta ajustada, conforme solicitado pelo agente de contratação/pregoeiro, se esta for classificada, e, caso algum dos documentos não possa ser obtido no SICAF ou nos respectivos portais, será solicitado o documento comprobatório de regularidade ao licitante.
 - 1.2.1.4. Data do certame e horário da disputa de lances: 08:30 horas do dia 27/05/2026..
- 1.3. Prazo para solicitar [esclarecimento e impugnar](#) o edital: até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública.
- 1.4. Valor estimado total da contratação: #VETC R\$ 6.717.996,00 (seis milhões, setecentos e dezessete mil novecentos e noventa e seis reais).
- 1.5. Rito da seleção: #MDLI Pregão.
- 1.6. Forma da seleção: #FDSE [eletrônica](#)
- 1.7. Local do certame: <http://comprasnet.gov.br/>
 - 1.7.1. UASG: 987691
 - 1.7.2. Número da licitação na plataforma: 90089/2026
- 1.8. Critério de julgamento #CDJU [Menor preço](#)
 - 1.8.1. A contratação será: #CGOI Por Itens.
- 1.9. Modo de disputa: #MDDI [Aberto na forma eletrônica](#)
 - 1.9.1. Intervalo mínimo entre lances: 0,1% (um décimo por cento) em relação ao melhor lance ou proposta.
- 1.10. Ordem das etapas: #ODET [Rito procedimental comum](#).
- 1.11. Este certame será sob o Sistema de Registro de Preços? #CSRP Sim.
- 1.12. **O prazo de vigência desta ata de registro de preços será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços, e, no seu aniversário, será reestabelecido o quantitativo inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.**
 - 1.12.1. A prorrogação da Ata não se dará de modo automático, mas será promovida pela Diretoria de Licitações somente mediante solicitação/provocação a ser apresentada em tempo hábil (30 dias antes de seu vencimento) pela unidade interessada, ordenadora da despesa, ou órgão gerenciador.
 - 1.12.2. À unidade interessada, ordenadora da despesa, ou ao Órgão Gerenciador (através da Central de Compras), competirá a comprovação do preço vantajoso, conforme art. 14, IX, do Decreto Municipal 1856/2023, sendo que tais documentos já deverão estar contidos na solicitação - de que se refere o item anterior - a ser apresentada.
 - 1.12.3. Esgotados os quantitativos da ata de registro de preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada, com o reestabelecimento do quantitativo inicial.
 - 1.12.4. A concessão de reajuste não será automática pela Administração, devendo ser solicitado pelo fornecedor na data-base de reajustamento.
 - 1.12.5. Inexistentes índices de segmentos e setoriais, se for o caso de sua aplicação será adotado o mais vantajoso à Administração, dentre os usuais (IPCA; INPC).
 - 1.12.6. Na licitação para registro de preços, não será admitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, sob pena de desclassificação.
- 1.13. [Benefícios de Micro e Pequenas Empresas \(MPE\)](#): #BMPE(x) Sem benefícios para MPE (Ampla Concorrência - Geral), mas possui os benefícios de desempate ficto e prazo para regularidade fiscal (excetuadas as licitações cujos itens ou lotes, conforme critério de julgamento, excederem R\$ 4.800.000,00).

2. PODERÃO PARTICIPAR DO CERTAME

- 2.1. Quem for do ramo de atividade compatível com o objeto licitado;
- 2.2. Quem não estiver sancionado com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Maringá ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública;
- 2.3. Quem não tiver vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;
- 2.4. Quem não tiver cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;
- 2.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, desde que não estejam concorrendo entre si; e
- 2.6. Quem, nos cinco anos anteriores à divulgação deste edital, não tiver sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 2.7. Empresas reunidas em [consórcios](#) não poderão participar desta licitação. #CONS
- 2.8. Clique neste link: [análise das condições de participação](#), para saber, em detalhes as regras da análise das condições de participação.

3. DECLARAÇÕES

- 3.1. Ao participar deste certame, o fornecedor concorda, tacitamente, com as declarações arroladas neste item, sendo desnecessária a apresentação dessas declarações, por escrito.
- 3.1.1. Estou ciente, concordo e atendo a todas as condições do Edital e seus anexos;
- 3.1.2. Não há nada que impeça, juridicamente, a minha habilitação neste momento. Se algum fato impeditivo acontecer depois, estarei obrigado a informar ao Município de Maringá;
- 3.1.3. Que para a obtenção dos benefícios contidos no caput do art. 4.º da L. 14.133/2021, a participante observará que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do §2.º do art. 4.º da L. 14.133/2021.
- 3.1.4. No quadro societário não tem nenhum integrante que seja ligado ao Prefeito, vice-prefeito, secretários ou equivalentes, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, e estou ciente que não poderei contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta caso venha ter a referida ligação, inclusive com aqueles que deixaram tais funções nos últimos 12 (doze) meses antes da contratação, conforme determina o inciso V do art. 59 da Lei Orgânica de Maringá;
- 3.1.5. Não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- 3.1.6. A proposta foi elaborada de forma independente, **com validade mínima de 90 dias**, e nenhuma empresa potencialmente participante da licitação conhece meu preço;
- 3.1.7. A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega das propostas;
- 3.1.8. Não há, na minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- 3.1.9. Minha empresa cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei e normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz;
- 3.1.10. Tenho ciência de que a declaração falsa acarretará aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública do País, além das demais sanções legais cabíveis.
- 3.1.11. Comprometo-me a realizar, bem como manter ativo e atualizado o respectivo cadastro, como usuário externo, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://webpmm.maringa.pr.gov.br/portal-do-sei/home/peticionamento>).
- 3.1.11.1. Declaro que será promovida a assinatura do respectivo instrumento (Contrato ou Ata de Registro de Preços) através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no prazo de até 05 dias úteis após a convocação realizada pelo Município de Maringá.

4. PROPOSTA

- 4.1. A proposta deverá ser preenchida conforme modelo do Anexo II deste Edital.
- 4.1.1. Tratando-se de aquisição de bens, na proposta ajustada (Exemplo de Modelo no Anexo II) deverá ser preenchido o campo "Marca".
- 4.1.2. Havendo divergência entre o item lançado da Plataforma ComprasGov (a partir do CATMAT/CATSERV) e o constante deste Edital, prevalecerá o descrito em Edital, a ser considerando para fins de proposta ajustada.
- 4.1.3. As propostas de preços deverão ser apresentadas em moeda corrente nacional, limitado o preço unitário a 02 (duas) casas após a vírgula, (ex.: 0,00). O valor total também será limitado a 02 (duas) casas após a vírgula, (ex.: 0,00).
- 4.2. Concluída satisfatoriamente a negociação, o licitante vencedor deverá encaminhar a proposta ajustada ao valor final ofertado, com o valor da negociação, no prazo de até 02 horas da convocação do agente de contratação, do pregoeiro ou da comissão de contratação.
- 4.2.1. O não envio da proposta ajustada no prazo estipulado ensejará a desclassificação do licitante, com consequente aplicação das sanções indicadas neste Edital.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1. Para a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista será realizada consulta às informações disponíveis no SICAF ou nos respectivos portais, referentes a:
- 5.1.1. comprovante de inscrição e de situação cadastral ativa de Pessoa Jurídica perante a Receita Federal (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ);
- 5.1.2. contrato social ou instrumento equivalente;
- 5.1.3. regularidade perante a fazenda federal e a seguridade social;
- 5.1.4. regularidade perante a fazenda estadual ou distrital da sede do licitante;
- 5.1.5. regularidade perante a fazenda municipal da sede do licitante;
- 5.1.6. regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; e
- 5.1.7. regularidade trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>).
- 5.1.7.1. **Para fins de regularidade fiscal e trabalhista, serão aceitos os documentos que tiverem dentro da validade nas seguintes datas:**
- a) da consulta ao SICAF; ou
 - b) da consulta nos portais de consulta pública; ou
 - c) da convocação pelo agente de contratação.

5.2. Qualificação técnica:

5.2.1. **Registro em entidade profissional #ENTI**

Para fins de habilitação técnica para o item 03 desta licitação o licitante deverá apresentar:

- a) Comprovação de registro da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, mediante Certidão de Pessoa Jurídica, dentro do prazo de validade;

b) Comprovação de registro dos profissionais técnicos junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, mediante Certidão de Pessoa Física, dentro do prazo de validade.

5.2.2. Capacidade técnico-operacional #RMAO

a) Será exigido, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido em nome da licitante, por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação.

b) O atestado deverá comprovar a execução mínima correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo previsto para cada item, observado o seguinte:

Item	Descrição resumida	Quantidade total	Quantidade mínima exigida (25%)
1	Roçada de Vegetação	4.200.000 M²	1.050.000 M²
2	Limpeza de Canaleta e Sarjeta	283.200 M	70.800 M
3	Tapa-buraco	1.500 TON	375 TON

I - O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter, obrigatoriamente:

- a) razão social, CNPJ e endereço da pessoa jurídica emitente;
- b) razão social e CNPJ da empresa atestada;
- c) descrição clara e objetiva dos serviços executados
- d) quantitativos executados e período de execução;
- e) identificação e assinatura do responsável legal pela emissão;
- f) manifestação expressa quanto ao desempenho satisfatório na execução dos serviços.

II - Será admitida a apresentação de mais de um atestado, desde que, somados, atendam ao quantitativo mínimo exigido para o item, para fins de comprovação da capacidade técnica.

5.2.2.1. Apresentar declaração formal de que dispõe, em seu quadro funcional, de equipes em número suficiente para a execução dos serviços, bem como de equipamentos adequados e em quantidade compatível com a demanda da Secretaria, conforme MODELO - Documento I anexo (8348119)

5.2.2.2. Capacidade técnico-profissional #RMAP #RAEP

Para fins de habilitação técnica para o item 03 desta licitação o licitante deverá apresentar:

a) Atestado de Capacidade Técnico- Profissional (em nome dos profissionais técnicos) emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a aptidão de atividade anterior, compatível com o objeto da presente licitação, com registro no CREA/CAU;

b) Deverá a licitante comprovar possuir vínculo com os profissionais técnicos, numa das formas a seguir:

I - Carteira de trabalho/ CTPS, no caso de funcionário do quadro profissional;

II - Contrato social, Estatuto Social ou Ato Constitutivo, no caso de sócio.

III - Contrato de Prestação de Serviço, para contratados por tempo determinado, com a data de assinatura anterior a data de abertura das propostas.

5.3. Qualificação econômico-financeira:

5.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. #CNFF

5.3.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

5.3.3. O licitante deverá apresentar balanço patrimonial dos 2 (dois) últimos exercícios sociais já exigíveis, devidamente registrados. #ICPL

5.3.4. O licitante deverá apresentar Índices Contábeis superiores a 1 (um), a serem atendidos nos dois últimos balanços, sendo: de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG); #ICUB

Conforme as seguintes fórmulas:

$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$

$SG = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}$

$LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$

5.3.4.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

5.3.4.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

5.3.4.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

5.3.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo ou capital social mínimo de 10% do valor total estimado do item. #POUC #CSPL

5.4. Caso algum dos documentos não possa ser obtido no SICAF ou nos respectivos portais, será solicitado o documento comprobatório de regularidade ao licitante

6. INFRAÇÕES E PENALIDADES NO CERTAME #IPCE

6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
- Impedimento de licitar e contratar;
- Declaração inidoneidade de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos.

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	2%
	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	2%
	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%
Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e seis meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%
Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%

Pelas infrações administrativas de:

- deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

- As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.
- As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7. INFORMAÇÕES GERAIS

- [Definições](#)
- [Condições de julgamento de propostas e habilitação](#)
- [Critérios de desempate](#)
- [Negociação](#)
- [Recursos e contrarrazões](#)
- [Adjudicação e homologação](#)
- [Disposições gerais](#)
- Nossos canais de atendimento: (44) 3127-7100.
- Onde estamos: Rua Néio Alves Martins, 2597, CEP: 87013-060, Maringá/PR.
- Compete ao licitante, até a adjudicação e homologação, acompanhar as operações na respectiva Plataforma de processamento do certame (<http://comprasnet.gov.br/>), sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negociações diante da inobservância de qualquer convocação/mensagem enviada, solicitada ou emitida pelo Sistema ou de sua própria desconexão.**
- As demais comunicações entre a Administração e os licitantes dar-se-ão oficialmente através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://webpmm.maringa.pr.gov.br/portal-do-sei/home/peticionamento>).**
- Quem são os responsáveis pelo certame:
 - Secretário responsável: #RESP Vagner Mussio
 - Agente de contratação/Comissão de Contratação/Pregoeiro: Eduardo de Paiva Peluso.
 - Equipe de Apoio:

SERVIDORES A SEREM DESIGNADOS				
Nome Completo	Kallyne Nayara Camargo Souza	Marcelo Augusto defendi	Renata Giolo da Silva	Paulo Eduar
Cargo	Auxiliar Operacional	Auxiliar Operacional	Agente Administrativo	Agente Adm

AMPLA CONCORRÊNCIA PARA EMPRESAS DE QUAISQUER PORTES

Item	Código PMM	CATMAT/CATSERV	Objeto	Unid.	Quant	Valor Unitário	Valor Total
2	281068	24023	Limpeza de Canaleta e Sarjeta(conforme memorial descritivo)	M	283.200	R\$ 8,78	R\$ 2.486.498,00
Valor Total Estimado							R\$ 2.486.498,00

AMPLA CONCORRÊNCIA PARA EMPRESAS DE QUAISQUER PORTES

Item	Código PMM	CATMAT/CATSERV	Objeto	Unid.	Quant	Valor estimado	Valor Total
3	281069	18376	Tapa-buraco(conforme memorial descritivo)	TON	1.500	R\$ 1.085,00	R\$ 1.627.500,00
Valor Total Estimado							R\$ 1.627.500,00

ITEM	MEMORIAL DESCRITIVO
01	<p>Roçada de Vegetação:</p> <p>A solução contempla a execução periódica de serviços de roçada em áreas verdes, margens e canteiros do Anel Viário, com o objetivo de controlar o crescer visibilidade da via, evitar a obstrução de sinalizações e contribuir para a segurança dos usuários. Os serviços serão executados com utilização de mão de obra mecanizadas adequadas, observando-se a frequência bimestral estimada e admitindo-se ajustes conforme condições climáticas, especialmente em períodos mediante justificativa técnica e autorização da Administração.</p> <ol style="list-style-type: none"> A roçada deverá resultar em altura residual uniforme da vegetação entre 5 (cinco) e 10 (dez) centímetros, assegurando a completa liberação da faixa de circulação. A roçada poderá ser realizada por meio de ferramentas manuais, equipamentos mecanizados ou combinação de ambos, tais como enxadas, raspadores, meios tecnicamente adequados, desde que não provoquem danos às sarjetas, ao meio-fio ou ao pavimento. A utilização de motosserras e moto podas para manejo de vegetação arbustiva e invasora, especialmente leucenas, quando identificada tecnicamente pela CONTRATANTE. É vedada a utilização de resíduos sobre os canteiros, na pista de rolamento ou que comprometam a integridade das estruturas de drenagem. A limpeza da sarjeta deverá ocorrer após a roçada, com posterior coleta e transporte dos resíduos para o local indicado pela CONTRATANTE. A destinação final dos resíduos provenientes dos serviços do item 1, incluindo todos os custos inerentes ao descarte em aterro licenciado ou local aprovado pela CONTRATANTE. Atualmente a Prefeitura de Maringá faz a destinação dos resíduos provenientes de roçada, em aterro sanitário contratado através de processo licitatório municipal até o aterro sanitário estima-se um percurso de 10 km. Os serviços de limpeza, incluindo rastelagem, varrição, raspagem, sopragem e armazenamento de resíduos em bags, deverão ser realizados concomitantemente com a roçada. A coleta e o transporte dos resíduos (vegetação, terra e demais detritos) desde o local de execução até o ponto de descarte indicado pela CONTRATANTE. A CONTRATADA deverá realizar o armazenamento dos resíduos em bags ou outro método de contêinerização adequado, de forma correta, com posterior coleta e transporte. É obrigatório o uso de telas (redes) de proteção, conforme disposto na Lei Complementar nº 1.081/2017, e suas alterações. Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA nos locais e datas definidos pela CONTRATANTE, no horário das 08h00 às 17h00, em qualquer dia útil. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as especificações contidas neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) e nas ordens de serviço expedidas pela Prefeitura de Maringá. As Ordens de Serviço serão enviadas à contratada por e-mail, cabendo-lhe iniciar os trabalhos no prazo máximo de 72 horas após a emissão, contagem de prazo os feriados e finais de semana. Caso o e-mail seja encaminhado nas 24 horas que antecedem um feriado ou final de semana, o prazo máximo de conclusão é de 30 (trinta) dias corridos. Para todas as ordens de serviço, seja de manutenção ou de execução, o prazo máximo de conclusão é de 30 (trinta) dias corridos. A CONTRATADA deverá disponibilizar, além da mão de obra, veículos e equipamentos necessários, uniformes adequados (camiseta e calça em brim com proteção individual (calçado de segurança, luvas, óculos, avental de couro), bem como equipamentos de proteção coletiva, quando aplicável. Os serviços deverão atender integralmente à legislação trabalhista vigente e às Normas Regulamentadoras de saúde e segurança ocupacional. Os salários aplicados aos trabalhadores deverão, no mínimo, observar os pisos salariais estipulados pelo sindicato da categoria. Recursos Humanos Mínimos: Para garantir a continuidade, eficiência e a abrangência territorial dos serviços, a CONTRATADA deverá dispor de, no mínimo, composta por, no mínimo, 1 (um) motorista, 10 (dez) operadores de máquina costal, 5 (cinco) ajudantes para apoio à limpeza, 2 (dois) operadores de trator (um) motorista de caminhão, totalizando um quadro funcional mínimo de 19 (dezenove) profissionais para a execução do Item 1. A licitante deverá apresentar este quantitativo mínimo. Veículos e Equipamentos Mínimos: A CONTRATADA deverá disponibilizar os seguintes recursos materiais, além dos equipamentos de proteção individual e transporte de pessoal deverá ser realizado por, no mínimo, 1 (um) Veículo Van ou Micro-ônibus, obrigatoriamente equipado com ar-condicionado e com passageiros, garantindo o deslocamento seguro da equipe. Para a logística de resíduos (roçada), será necessário o mínimo de 1 (um) Caminhão Basculante para carga. É requisito veicular que todos os veículos utilizados possuam, em toda a vigência da Ata de Registro de Preços, menos de 10 (dez) anos de idade em pleno funcionamento e estejam rigorosamente de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e demais normas. Em caso de manutenção, a CONTRATADA deverá substituir imediatamente de quaisquer veículos, a fim de não interromper os serviços. Adicionalmente, a equipe deve contar com os seguintes Recursos Mínimos: 13 (treze) Roçadeiras Laterais/Costais, 2 (dois) tratores roçadores, 2 (duas) motosserras, 2 (duas) moto podas, 8 (oito) Conjuntos de Ferramentas Rastelos e Vassouras, conforme a exigência no Item 01) e Sinalização de Segurança Completa (cones, placas e faixas refletivas). A execução dos serviços deverá observar integralmente as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em especial: <ul style="list-style-type: none"> NR 06 – Equipamento de Proteção Individual (EPI): uso obrigatório de coletes refletivos, luvas, botas, protetores auriculares e máscaras com filtro para atividade. NR 38 – Segurança e Saúde no Trabalho nas Atividades de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos: sinalização adequada, isolamento da área de trabalho em vias públicas. NR 21 – Trabalho a Céu Aberto: garantia de condições seguras para trabalhos externos, incluindo hidratação, proteção contra exposição solar e pausa exclusivamente diurna). NR 26 – Sinalização de Segurança: uso de cones, placas e faixas refletivas para proteção de pedestres e trabalhadores. NR 17 – Ergonomia: adequação de ferramentas e posturas de trabalho, visando reduzir esforços repetitivos e fadiga. NR 24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho: disponibilização de instalações sanitárias e áreas adequadas para alimentação dos trabalhadores. <p>Além das NRs, deverão ser observados os dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), arts. 94 e 95, referentes à autorização prévia e sinalização de trânsito.</p> <p>Plano de Serviço de Roçada Bimestral: Serviço de roçada em área estimada de aproximadamente 700.000 m², podendo sofrer variações em razão da dinâmica climáticas (períodos chuvosos ou de estiagem). A execução ocorrerá com frequência bimestral, correspondente a um ciclo a cada dois meses, admitida a possibilidade de necessidade devidamente justificada pela Administração. O prazo de vigência do plano será de 12 (doze) meses, contemplando até 6 (seis) execuções, sem temporais, observada a conveniência administrativa. Os meses inicialmente previstos para execução são: janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro, de fatores técnicos, operacionais ou climáticos. A extensão linear estimada da área atendida é de aproximadamente 11,8 km (11.800 metros), com largura variando entre 85 (oitenta e cinco) metros. Considerando-se os parâmetros acima, estima-se uma área total anual roçada de aproximadamente 4.200.000 m², sujeita a variação de execução. Observação: O quantitativo e a frequência dos serviços poderão ser ajustados conforme as necessidades específicas do período, com ampliação ou redução, dependendo do pluviométrico, em razão do crescimento acelerado da vegetação, e redução durante períodos de estiagem, quando constatado menor crescimento vegetativo.</p>
02	<p>Limpeza de Canaleta e Sarjeta:</p> <p>A solução inclui a execução contínua de serviços de limpeza manual de canaletas e sarjetas de drenagem superficial, visando à remoção de sedimentos, detritos e outros materiais que possam comprometer o escoamento adequado das águas pluviais. Os serviços serão realizados mensalmente, podendo ser intensificados em períodos de estiagem, conforme demanda operacional identificada pela fiscalização. A adequada manutenção do sistema de drenagem contribui diretamente para a prevenção de alagamentos e a segurança viária.</p> <ol style="list-style-type: none"> Os serviços de limpeza de canaletas e sarjetas deverão resultar em remoção integral da vegetação, terra, sedimentos e demais resíduos acumulados, na seção hidráulica e o adequado escoamento das águas pluviais, sem prejuízo da integridade das estruturas.

ITEM	MEMORIAL DESCRITIVO
	<p>2. A execução dos serviços poderá ser realizada por meio de ferramentas manuais, equipamentos mecanizados ou pela combinação de ambos, tais como minicarregadeira ou outros meios tecnicamente adequados, desde que não provoquem danos às canaletas, sarjetas, meios-fios ou ao pavimento. É vedado o uso de métodos que lancem resíduos sobre os canteiros, na pista de rolamento ou que comprometam a integridade das estruturas de drenagem. A limpeza da forma contínua e imediatamente, com posterior coleta e transporte dos resíduos para o local indicado pela CONTRATANTE.</p> <p>3. A destinação final dos resíduos provenientes dos serviços do Item 2, incluindo todos os custos inerentes ao descarte em aterro licenciado ou local aprovado pela CONTRATANTE.</p> <p>4. Os serviços de limpeza complementar, incluindo rastelação, varrição, raspagem, sopragem e acondicionamento dos resíduos em bags ou recipientes a forma concomitante à execução da limpeza das canaletas e sarjetas, garantindo a organização e o asseio da área durante e após os serviços.</p> <p>5. A coleta e o transporte dos resíduos (vegetação, terra e demais detritos) desde o local de execução até o ponto de descarte indicado pela CONTRATANTE. A Contratada deverá realizar o armazenamento dos resíduos em bags ou outro método de contêinerização adequado, de forma correta posterior coleta e transporte.</p> <p>6. Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA nos locais e datas definidos pela CONTRATANTE, no horário das 08h00 às 17h00, em qual</p> <p>7. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as especificações contidas neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) e nas ordens de serviço de Limpeza Urbana. As Ordens de Serviço serão enviadas à contratada por e-mail, cabendo-lhe iniciar os trabalhos no prazo máximo de 72 horas após o de prazo os feriados e finais de semana. Caso o e-mail seja encaminhado nas 24 horas que antecedem um feriado ou final de semana, o início da execução subsequente. O prazo máximo de conclusão é de 300 horas. Para todas as ordens de serviço, seja de rotina ou urgência, é obrigatório o registro fotográfico da execução, para fins de comprovação e validação pelo fiscal.</p> <p>8. A CONTRATADA deverá disponibilizar, além da mão de obra, veículos e equipamentos necessários, uniformes adequados (camiseta e calça em brim com proteção individual (calçado de segurança, luvas, óculos, avental de couro), bem como equipamentos de proteção coletiva, quando aplicável.</p> <p>9. Os serviços deverão atender integralmente à legislação trabalhista vigente e às Normas Regulamentadoras de saúde e segurança ocupacional.</p> <p>10. Os salários aplicados aos trabalhadores deverão, no mínimo, observar os pisos salariais estipulados pelo sindicato da categoria.</p> <p>11. Recursos Humanos Mínimos: Para garantir a continuidade, eficiência e a abrangência territorial dos serviços, a CONTRATADA deverá dispor de, no mínimo, composta por, no mínimo, 1 (um) Encarregado e 10 (dez) Operacionais (auxiliares), totalizando um quadro funcional mínimo de 11 (onze) profissionais deverá comprovar a capacidade operacional plena deste quantitativo mínimo.</p> <p>12. Veículos e Equipamentos Mínimos: A CONTRATADA deverá disponibilizar os seguintes recursos materiais, além dos equipamentos de proteção individual e logística de resíduos (limpeza de canaletas e sarjetas), será necessário o mínimo de 1 (um) Caminhão Basculante ou similar, com caçamba aberta para o veículo utilizado possua, em toda a vigência da Ata de Registro de Preços, menos de 10 (dez) anos de fabricação, possua Ar Condicionado em pleno funcionamento de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e demais normas. Em caso de manutenção, a Contratada deverá manter um plano de contingência para os veículos, a fim de não interromper os serviços. Adicionalmente, a equipe deve contar com os seguintes Equipamentos Operacionais Mínimos: 07 (sete) enxadas, 01 (um) raspador, 01(um) pá, 01 (um) rastelo, 01 (um) vassoura reforçada, 01 (um) cavadeira reta (quando há acúmulo compactado), e 01 (um) minicarregadeira ou equipamento similar, equipada com caçamba ou implemento adequado, e Sinalização de Segurança Completa (cones, placas e faixas). A execução dos serviços deverá observar integralmente as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em especial:</p> <ul style="list-style-type: none"> • NR 06 – Equipamento de Proteção Individual (EPI): uso obrigatório de coletes refletivos, luvas, botas, protetores auriculares e máscaras com filtro para atividade. • NR 38 – Segurança e Saúde no Trabalho nas Atividades de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos: sinalização adequada, isolamento da área em vias públicas. • NR 21 – Trabalho a Céu Aberto: garantia de condições seguras para trabalhos externos, incluindo hidratação, proteção contra exposição solar e pausa exclusivamente diurna). • NR 26 – Sinalização de Segurança: uso de cones, placas e faixas refletivas para proteção de pedestres e trabalhadores. • NR 17 – Ergonomia: adequação de ferramentas e posturas de trabalho, visando reduzir esforços repetitivos e fadiga. • NR 24 – Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho: disponibilização de instalações sanitárias e áreas adequadas para alimentação dos trabalhadores. <p>Além das NRs, deverão ser observados os dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), arts. 94 e 95, referentes à autorização prévia e sinalização de obras.</p> <p>Plano de Serviço de Limpeza de Caneleta Mensal: Prestação de serviços contínuos de limpeza de canaletas, em extensão linear estimada de 23,6 km (23,6 km operacional, as condições climáticas e as necessidades identificadas pela Administração. A execução dos serviços ocorrerá com frequência mensal, correspondendo a 12 (doze) execuções anuais, admitida a possibilidade de ajustes quantitativos ou temporais, desde que devidamente justificados tecnicamente. Totalizando 283.200 metros lineares. O prazo de vigência do plano será de 12 (doze) meses, compreendendo os serviços ao longo de todo o período contratual decorrentes de fatores técnicos, operacionais ou climáticos. A limpeza abrangerá a remoção de sedimentos, detritos, resíduos sólidos, vegetação, lama e outros materiais que possam causar entupimento das águas pluviais, garantindo a funcionalidade do sistema de drenagem e prevenindo alagamentos. Os serviços serão executados nos períodos de maior índice pluviométrico, em razão do acúmulo acelerado de resíduos e sedimentos, bem como adequações necessárias para a intensificação das atividades em períodos de maior índice pluviométrico, em razão do acúmulo acelerado de resíduos e sedimentos, bem como adequações necessárias para a constatação menor necessidade de intervenção, sempre mediante justificativa técnica formalizada. O quantitativo, a extensão linear atendida e a frequência de execução conforme as necessidades específicas do período, respeitados os limites contratuais, a conveniência administrativa e o interesse público.</p>
03	<p>Tapa-buraco: A solução abrange a prestação de serviços de manutenção corretiva do pavimento asfáltico por meio de tapa-buracos, com fornecimento, transporte, aplicação e execução sob demanda ao longo do período contratual. As intervenções compreenderão todas as etapas necessárias à recomposição adequada do pavimento: limpeza, corte, aplicação da massa asfáltica, compactação e acabamento final, garantindo a durabilidade da intervenção e a segurança do tráfego. A execução deverá ser realizada em dias de maior incidência de chuvas, quando ocorre aumento na formação de patologias no pavimento.</p> <p>1. Os serviços de tapa-buracos compreendem a execução de manutenção corretiva do pavimento, incluindo, no mínimo: delimitação da área danificada, com sinalização de segurança, aplicação de pintura de ligação, recomposição com mistura asfáltica adequada ao tipo de pavimento existente e compactação final, garantindo a continuidade do pavimento.</p> <p>2. A execução deverá assegurar a recomposição adequada da camada de rolamento, restabelecendo as condições de segurança, conforto e trafegabilidade, sem ressalto ou depressões.</p> <p>3. Os resíduos provenientes do corte e da limpeza do pavimento deverão ser coletados e transportados pela CONTRATADA até o local de descarte indicado na destinação final de responsabilidade da CONTRATANTE, quando assim definido na Ata de Registro de Preços.</p> <p>4. Os serviços de tapa-buracos deverão ser executados pela CONTRATADA nos locais, datas e trechos definidos pela CONTRATANTE, em vias urbanas de responsabilidade, preferencialmente no horário das 08h00 às 17h00, podendo, conforme necessidade operacional, segurança viária ou interesse público, ser executados em dias diferenciados, inclusive finais de semana e feriados, mediante prévia determinação da CONTRATANTE.</p> <p>5. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as especificações técnicas contidas neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), no Termo de Referência expedidas pelo órgão municipal responsável pela infraestrutura viária. As Ordens de Serviço serão encaminhadas à CONTRATADA por meio eletrônico no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento, salvo situações emergenciais, nas quais o atendimento deverá ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas para conclusão de cada Ordem de Serviço será de até 72 (setenta e duas) horas, conforme a extensão e complexidade dos serviços. É obrigatório o registro fotográfico da execução dos serviços, para fins de comprovação, medição e validação pela fiscalização.</p> <p>6. A CONTRATADA deverá disponibilizar toda a mão de obra necessária, bem como veículos, equipamentos, materiais, ferramentas e insumos indispensáveis para a execução dos serviços, incluindo uniformes adequados e equipamentos de proteção individual e coletiva compatíveis com atividades de pavimentação asfáltica em vias públicas.</p> <p>7. Os serviços deverão atender integralmente à legislação trabalhista vigente e às Normas Regulamentadoras de saúde e segurança ocupacional.</p> <p>8. Os salários aplicados aos trabalhadores deverão, no mínimo, observar os pisos salariais estipulados pelo sindicato da categoria.</p> <p>9. Recursos Humanos Mínimos: Para garantir a continuidade, eficiência e o atendimento simultâneo em diferentes pontos da malha viária, a CONTRATADA deverá contar com uma equipe operacional composta por, no mínimo, 1 (um) encarregado, 1 (um) motorista, 2 (dois) operadores de equipamentos e 4 (quatro) serventes, totalizando 8 (oito) profissionais por equipe, devidamente capacitados para a execução dos serviços de tapa-buracos. A licitante deverá comprovar capacidade operacional mínima.</p> <p>10. Veículos e Equipamentos Mínimos: Considerando as práticas usualmente adotadas em licitações públicas para serviços de tapa-buracos, a CONTRATADA deverá disponibilizar os seguintes recursos materiais: 1 (um) caminhão basculante ou similar, adequado ao transporte de massa asfáltica e resíduos; 1 (um) veículo de apoio para equipamentos, 1 (uma) retroescavadeira; 1 (uma) minicarregadeira; Equipamentos de compactação, tais como placa vibratória ou rolo compactador; Córrego equivalente para corte geométrico da área a ser reparada; Ferramentas manuais de apoio, como pás, enxadas, alavancas, carrinhos de mão e vassoura; Sinalização de segurança completos, incluindo cones, placas de advertência e faixas refletivas; minicarregadeira ou equipamento similar poderá ser utilizado quando tecnicamente necessário, não sendo exigida sua disponibilização permanente. Todos os veículos deverão estar em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro e condições adequadas de segurança e funcionamento e atender às normas vigentes durante toda a execução contratual. A CONTRATADA deverá manter a substituição imediata de veículos ou equipamentos em caso de manutenção ou falha, de forma a não interromper os serviços.</p> <p>11. A execução dos serviços deverá observar integralmente as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em especial:</p>

ITEM	MEMORIAL DESCRITIVO
	<ul style="list-style-type: none"> • NR 06 – Equipamento de Proteção Individual (EPI); • NR 12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos; • NR 15 – Atividades e Operações Insalubres; • NR 21 – Trabalho a Céu Aberto; • NR 26 – Sinalização de Segurança; • NR 38 – Segurança e Saúde no Trabalho nas Atividades de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos, no que couber às intervenções viárias. <p>Além das NRs, deverão ser observados os dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), arts. 94 e 95, referentes à autorização prévia e sinalização de</p> <p>Plano de Serviço de Tapa-Buracos: Prestação de serviços de manutenção viária corretiva, consistentes na execução de tapa-buracos, com fornecimento, t</p> <p>espalhamento e compactação de massa asfáltica, em quantidade estimada de até 1.500 (mil e quinhentas) toneladas, podendo sofrer variações conforme a c</p> <p>climáticas e as necessidades identificadas pela Administração. A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua e sob demanda, ao longo do período con</p> <p>emitidas pela Administração, observada a prioridade das vias e os critérios técnicos definidos pela fiscalização. Os serviços compreenderão, no mínimo, a pr</p> <p>do local, corte e recomposição do pavimento, aplicação da massa asfáltica, compactação adequada e acabamento final, de modo a garantir a segurança do t</p> <p>adequada recomposição da via. A execução poderá ser intensificada em períodos de maior incidência de chuvas, em razão do surgimento acelerado de pato</p> <p>em períodos de estiagem, sempre mediante justificativa técnica formalizada. O quantitativo de massa asfáltica, a frequência e os locais de execução dos ser</p> <p>necessidades específicas do período, respeitada a conveniência administrativa, o interesse público e os limites contratuais.</p>

2.3. Prazo para início da execução do objeto: #PIEO Em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.4. Prazo de entrega ou de execução do objeto: #PEEO

2.4.1. **ITEM I:** As Ordens de Serviço serão enviadas à contratada por e-mail, cabendo-lhe iniciar os trabalhos no prazo máximo de 72 horas após o recebimento, excluindo-se da contagem de prazo os feriados e finais de semana. Caso o e-mail seja encaminhado nas 24 horas que antecedem um feriado ou final de semana, o início da execução deverá ocorrer no primeiro dia útil subsequente. O prazo máximo de conclusão é de 30 (trinta) dias corridos. Para todas as ordens de serviço, seja de rotina ou urgência, é obrigatório o registro fotográfico do estado antes e depois da execução, para fins de comprovação e validação pelo fiscal.

2.4.2. **ITEM II:** As Ordens de Serviço serão enviadas à contratada por e-mail, cabendo-lhe iniciar os trabalhos no prazo máximo de 72 horas após o recebimento, excluindo-se da contagem de prazo os feriados e finais de semana. Caso o e-mail seja encaminhado nas 24 horas que antecedem um feriado ou final de semana, o início da execução deverá ocorrer no primeiro dia útil subsequente. O prazo máximo de conclusão é de 300 horas. Para todas as ordens de serviço, seja de rotina ou urgência, é obrigatório o registro fotográfico do estado antes e depois da execução, para fins de comprovação e validação pelo fiscal.

2.4.3. **ITEM III:** As Ordens de Serviço serão encaminhadas à CONTRATADA por meio eletrônico, devendo o início dos trabalhos ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento, salvo situações emergenciais, nas quais o atendimento deverá ocorrer em até 24 (vinte e quatro) horas. O prazo máximo para conclusão de cada Ordem de Serviço será de até 72 (setenta e duas) horas, conforme a extensão e complexidade dos serviços. É obrigatório o registro fotográfico do local antes, durante e após a execução dos serviços, para fins de comprovação, medição e validação pela fiscalização.

2.5. Local de entrega ou execução: #LEEX

2.5.1. No Anel Viário Avenida Prefeito Sincler Sambatti (Contorno Sul de Maringá), com extensão de aproximadamente 11,8 km entre as rodovias BR-376 e PR-317.

2.5.2. **Flexibilidade Territorial e Realocação Operacional:** Considerando a possibilidade de intervenções estruturais no Anel Viário Prefeito Sincler Sambatti (Contorno Sul), inclusive obras de duplicação anunciadas por outros entes federativos, que possam gerar impedimentos totais ou parciais à execução dos serviços, a Administração poderá, mediante justificativa técnica formal, realocar a execução dos serviços para outras vias estruturais de grande fluxo do Município. A eventual realocação não caracterizará alteração do objeto contratual, desde que mantidas a natureza dos serviços, os quantitativos estimados e as condições técnicas originalmente previstas. A realocação não ensejará direito à cobrança de valores adicionais, indenizações ou reequilíbrio econômico-financeiro, por se tratar de risco ordinário da contratação e já considerado na formação da proposta.

2.5.3. **Atendimento a Situações Emergenciais ou Demandas da Defesa Civil:** Considerando a natureza dos serviços objeto da presente contratação e a necessidade de assegurar a continuidade e eficiência da atuação administrativa, registra-se que poderão ocorrer situações supervenientes de interesse público que demandem atuação imediata ou prioritária por parte da Administração Pública. Dessa forma, em caráter excepcional e devidamente justificado, especialmente em situações relacionadas a eventos emergenciais, ocorrências climáticas, riscos à segurança ou à saúde da população ou demandas formalmente encaminhadas por órgãos municipais competentes, inclusive pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, a Administração poderá determinar a execução dos serviços contratados em locais ou circunstâncias diversas daquelas inicialmente previstas neste estudo, desde que compatíveis com a natureza do objeto contratado. Nessas hipóteses, a execução ocorrerá mediante ordem de serviço específica e devidamente motivada pela autoridade competente, observando-se sempre:

I – a compatibilidade das atividades com o objeto da contratação;

II – os quantitativos e limites financeiros estabelecidos na Ata de Registro de Preços;

III – a disponibilidade orçamentária;

IV – os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e supremacia do interesse público. A eventual adequação operacional da execução dos serviços não caracteriza alteração do objeto contratual, tratando-se de medida administrativa destinada a garantir a continuidade do serviço público e a adequada resposta da Administração a situações imprevistas, em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/2021.

2.6. Formas, condições e prazo de pagamento: #PPGT

a) O pagamento será efetuado até 20 dias após a entrega dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente recebida pelo preposto do Município.

b) apresentar junto a sua nota fiscal de Prestação de Serviços os seguintes documentos:

1. comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em relação aos empregados diretamente envolvidos na execução dos serviços, em especial quanto ao:

I - registro de ponto;

II - recibo de pagamento de salários, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

III - comprovante de depósito do FGTS;

IV - recibo de concessão e pagamento de férias e do respectivo adicional;

V - recibo de quitação de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

VI - recibo de pagamento de vale-transporte e vale-alimentação, na forma prevista em norma coletiva.

2. comprovação de regular recolhimento das contribuições previdenciárias;
3. cópia da certidão de Tributos Municipais, bem como da certidão Estadual.
4. cópia das comprovações da regularidade trabalhista:

• E quando necessário Anotação do Registro dos Funcionários e/ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)

a) Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

b) Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

c) Quando da efetivação do objeto, o fornecedor deverá descrever os itens na Nota Fiscal obedecendo a mesma descrição constante da Nota de Empenho.

d) As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente e seus vencimentos correrão 20 (vinte) dias após a data de sua reapresentação.

e) Os pagamentos efetuados em atraso pela Administração serão acrescidos de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, desde que o atraso não tenha sido por culpa da contratada.

2.7. Deverão ser atendidas as seguintes normas específicas de descarte: #NEDE

a) Resolução CONAMA nº 307/2002

b) Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS)

c) Normas da ABNT NBR 15113

3. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

3.1. #RACO A Contratada deverá apresentar, no início das atividades e no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis após a assinatura da Ata de Registro de Preços**, uma planilha de custos detalhada, na qual deverão constar, de forma discriminada, todos os itens relativos à execução dos serviços, incluindo mão de obra e equipamentos a serem utilizados. A referida planilha poderá ser utilizada para eventuais realinhamentos de valores, devendo contemplar todos os custos operacionais, tais como manutenção de veículos e equipamentos, abastecimento, bem como obrigações fiscais, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e quaisquer outros encargos decorrentes da prestação dos serviços, os quais serão integralmente suportados pela Contratada, conforme MODELO - Documento II (8348361).

4. BENEFÍCIO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - MPE #TMPE

“Ampla concorrência - Geral”, mas possui os benefícios de desempate ficto e prazo para regularidade fiscal (excetuadas as licitações cujos itens ou lotes, conforme critério de julgamento, excederem R\$ 4.800.000,00).

5. ANEXOS

ANEXO II MODELO DA PROPOSTA

Link de documento público:

[Modelo de Proposta - Lei 14.133/2021 \(SEI nº 8490816\)](#)

ANEXO III ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Link de documento público:

[Estudo Técnico Preliminar \(Geral\) \(SEI nº 8107178\)](#)

ANEXO IV TERMO DE REFERÊNCIA

Link de documento público:

[Termo de Referência \(SEI nº 8479315\)](#)

ANEXO V MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Link de documento público:

[Minuta de Ata de Registro de Preços \(SEI nº 8491104\)](#)

ANEXO VI DECLARAÇÃO DOCUMENTO I

Link de documento público:

[Declaração \(SEI nº 8348119\)](#)

ANEXO VII TABELA DOCUMENTO II - PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

Link de documento público:
[Tabela \(SEI nº 8348361\)](#)